
Daniel PENNAC
Como um romance

2.^a ed. Porto: Asa, 1993

Reflexões em torno de um plano de leitura e de um livro lido por acaso

Não há memória de a BAD ter sido tão pródiga em lembranças natalícias. Há já muito tempo percorro as andanças dos seus trilhos e não me lembro de tal! Receber no compartimento profissional do sapatinho, de uma única assentada, um número bem recheado de *Cadernos BAD* sobre temática actualizada, um belo e sugestivo marcador de livro e um plano anual de leitura para expor nos Serviços, é coisa de muito apreciar.

Sensível à beleza e sugestividade do marcador, que de imediato utilizei, foi especialmente o Plano Anual de Leitura que deteve a minha atenção. Encimam-no aforismos, cuja intenção terá sido, ao que penso, abanar as consciências adormecidas, acrescentando mais alguns problemas àqueles que eventualmente já as povoam, espevitando a curiosidade no seu sentido mais rigoroso, numa palavra, fomentar a leitura, estimular a utilização do livro.

Lia na altura uma obra de Daniel Pennac, escolhida de entre muitas por pessoa das minhas relações que, após uma leitura em diagonal do sumário, ma aconselhara como: «parece um livro diferente! É capaz de ser interessante! Avança e depois conta». Assim fiz. Mas foi com enorme surpresa que, em vez do tão esperado enredo recheado de intriga, encontrei, num ensaio cheio de humor, a resposta a uma série de dificuldades que tenho experimentado em relação ao objectivo enunciado no parágrafo anterior. Acompanhava-a a proposta de umas quantas soluções de fácil execução para quem, como eu, se preocupa com a falta de interesse e gosto pela leitura manifestadas por grande parte dos jovens e adultos portugueses, na primeira linha dos quais se situam alguns dos que me são mais próximos.

Nesta obra são abordados, de forma simples e sem dramatismos, graves

erros que, em nome do fomento da leitura, todos cometemos no dia a dia, na certeza da mais imediata eficácia.

A título de exemplo Pennac, professor, pai de família e romancista francês, vai dando conta de experiências diversas da sua relação com os alunos ao longo de muitos anos de ensino. Uma delas consiste no facto de, no início de cada ano lectivo, lhes pedir que descrevam uma biblioteca e um leitor. São sintomáticas as respostas obtidas. A primeira é quase sempre apresentada como um muro intransponível (p. 133), enquanto ao segundo são vestidas as roupagens mais diversas, mas nunca as de uma pessoa comum, como aquelas com quem se convive. As opiniões emitidas continuam na mesma linha, até ao ponto de o livro ser apresentado como um objecto sacralizado. Dessacralizá-lo é um dos objectivos do escritor, num dos capítulos da obra (p. 135-138). Consegue-o. Leia o livro. Veja como.

E continua afirmando que «para que haja uma reconciliação com a leitura existe uma única condição: não pedir nada em troca».

Analisa a forma como a escola, «fábrica necessária do saber que requer esforço», fomenta a contra-leitura e, numa espécie de passe de mágica a todos acessível, ensina o modo como poderá o professor partilhar o seu prazer de ler.

Defende a necessidade de que o texto perca o estatuto de enigma paralisante, que afasta dos leitores o receio de o não compreenderem.

Explora de forma positiva o conflito interior, o pânico experimentado pelo aluno por não fornecer aquilo que esperam dele e o modo como isso o leva a que confunda escolaridade com cultura. Uma tal confusão e a incapacidade para falar de livros, de que sofre a maior parte dos adolescentes, estarão na origem de uma rejeição da leitura para o resto da vida, considerando-a um acto de eleitos, pois a generalidade nunca conseguiu falar daquilo que leu.

Critica, de modo explícito, a circunstância de se obrigarem, por sistema, os alunos de qualquer grau de ensino a comentarem textos. Uma tal exigência tem como resultado privar a maior parte deles, para sempre, da companhia de livros.

Recorrendo a extractos de Rousseau, Kafka e Klaus Mann demonstra, sem poupar pais nem educadores, que os alunos escrevem, ou melhor, copiam, o que os professores esperam deles e que os pais, martelando seus delicados ouvidos com a máxima «É preciso ler!» «É preciso ler!», na linha da já referida atitude usurária, «o que querem é que os miúdos tenham boas notas e mais nada. Quanto ao resto, têm mais que fazer» (p. 71).

Um erro que se comete com muita frequência, e que deve ser evitado a todo o custo, é o de se considerarem a televisão e os jogos electrónicos corruptores e razão suprema de todo o iletrismo. A própria adjectivação que é usada para os caracterizar e o modo como sempre são apresentados em contraponto com o livro — este como

eleito, aqueles como renegados, conduz a resultados sempre negativos, porque os jovens de hoje são também filhos da sua própria época, clientes de parte inteira de uma sociedade que os veste, os distrai, os alimenta e os cultiva.

Pennac afirma-se denodadamente contra o uso do *slogan* «É preciso ler!» «É preciso ler!», arma brandida pela maior parte dos esforçados que, à força de repeti-lo, esperam fomentar a leitura. Numa sociedade onde a imposição perdeu a razão de ser, o romancista francês abre o seu texto afirmando que «O verbo ler não suporta o imperativo». Remata-o enunciando os direitos inalienáveis do leitor, que de imediato transcrevemos:

- 1
O direito de não ler
- 2
O direito de saltar páginas
- 3
O direito de não acabar um livro
- 4
O direito de reler
- 5
O direito de ler não importa o quê
- 6
O direito de amar os «heróis» dos romances
- 7
O direito de ler não importa onde
- 8
O direito de saltar de livro em livro
- 9
O direito de ler em voz alta
- 10
O direito de não falar do que se leu.

Pelo meio, lado a lado com o levantamento sistemático das diversas razões da aversão à leitura, ficam umas quantas receitas a pôr em prática que, mais do que a obrigação de ler, vão construindo o leitor efectivo, no fundo aquele que todos queremos fazer dos nossos filhos, dos nossos utilizadores, dos cidadãos deste país.

Numa análise diacrónica do trajecto, à procura de razões, o autor parte do modo como, numa altura em que os filhos ainda não sabem ler, os pais, «seus contadores de histórias exclusivos», os iniciam no mundo da fantasia, numa partilha de ternura e de gestos diários, numa postura em que eram o seu romancista, naquela cumplicidade de leitor e de livro, em que aos filhos cabia sempre o primeiro papel e aos pais o segundo.

Este foi o passo inicial, o mágico, o promissor e depois? Que veio a seguir? Qual a circunstância que desencadeou a quebra do sonho?

Após a fase de aprendizagem, que tão estimulada foi, esgotada a paciência do contador de histórias, viram-se largados, de repente, entregues a si próprios, quebradas as promessas de fantasia e a intimidade, à medida que foram crescendo. Como se isso não bastasse, aquela que havia sido apresentada como a actividade lúdica por excelência, de um momento para o outro, aparece aos olhos deles como a obrigação, a moeda de troca.

Que caminhos preconiza então o pedagogo francês para que se ajude a (re)encontrar o prazer de ler?

Um autor que reconhece ao leitor os direitos atrás reproduzidos, tem com certeza as mais exequíveis e eficazes

propostas para o conseguir. Sugerimos-lhe que as encontre.

ESSENCIAL

Leitura = Dádiva

-

Ler e esperar

-

Não forçar a curiosidade. Despertá-la.

-

Não elevar a televisão e os jogos electrónicos

à dignidade de recompensa

atribuindo à leitura o carácter de trabalho forçado.

-

O tempo para ler é sempre um tempo roubado ao dever de viver.

Isabel FARIA